

PENTECOSTALISMO NA ESFERA PÚBLICA – A PARTICIPAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA BRASILEIRA

Osiel Lourenço de Carvalho¹

RESUMO

Nas suas primeiras décadas de existência no Brasil, as igrejas pentecostais tiveram uma presença quase nula na política brasileira. Os governos deveriam eram aceitos de forma acrítica, desde que não ameaçassem a liberdade de culto. Entre 1911 e 1985 as Assembleias de Deus tiveram apenas um deputado federal. No entanto, essa visão de mundo começou a mudar a partir da década de 80. As Assembleias de Deus, maior igreja pentecostal do Brasil elegeu em 1986, 13 deputados federais. Hoje são 22 parlamentares. De acordo com o presidente do Conselho político da Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB), pastor Lelis Washington “deveríamos ter ao menos 50 deputados federais. Os pastores eram refratários à política, mas as igrejas dependem do poder público para ter alvarás, licenças para obras, verbas para tocar projetos sociais. Sem falar dos projetos que ameaçam a família”. Pretende-se demonstrar o crescimento da participação do pentecostalismo na política partidária brasileira nos últimos anos. E também discutir a atuação desses parlamentares no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Assembleia de Deus; política; laicidade; esfera pública.

¹ Mestre em Teologia pela EST e doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista CAPES e membro do grupo de pesquisa Teologia no Plural. osiel_carvalho@yahoo.com.br.

ABSTRACT

In its first decades of existence in Brazil, the Pentecostal churches have had almost no presence in Brazilian politics. Governments should have been accepted uncritically, since it did not threaten the freedom of worship. Between 1911 and 1985 the Assemblies of God had only one congressman. However, this worldview began to change from the 80's. The Assemblies of God, the largest Pentecostal church in Brazil, elected in 1986, 13 deputies. Today there are 22 MPs. According to the Chairman of the Political General Convention of the Assemblies of God (CGADB), pastor Lelis Washington "should have at least 50 deputies. The shepherds were refractory to politics, but the churches depend on the government to have permits, licenses for construction, funds for social projects touching. Not to mention the projects that threaten the family." We intend to demonstrate the growth of the participation of Brazilian Pentecostalism in partisan politics in recent years. And also discuss the performance of these lawmakers in Congress.

Keywords: Pentecostalism; politics; secularism; public sphere; Assembly of God.

INTRODUÇÃO

As Assembleias de Deus, maior denominação evangélica do país com mais de 12 milhões de fiéis no Brasil, tem tido uma presença cada vez maior no espaço público brasileiro. Essa igreja tem suas origens em 1911 no Belém do Pará e, seus fundadores são os missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Observa-se que durante muitas décadas era quase nula a presença de parlamentares ligados as Assembleias de Deus no Congresso Nacional. Uma das razões para esse distanciamento da esfera pública seria o fato de que a igreja adotava um discurso escatológico do fim iminente do mundo. Os pastores não se preocupavam em se envolverem com a política, desde que o governo não restringisse a liberdade de culto. Durante a ditadura, os pastores pentecostais ficaram ao lado dos militares, pois temiam que o comunismo fosse uma ameaça à fé evangélica; vários pastores das Assembleias de Deus cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG).

Entretanto, esse afastamento da política partidária começou a mudar a partir das eleições de 1986. Nessa ocasião foram eleitos 13 deputa-

dos federais ligados as Assembleias de Deus. Com discursos conservadores, desde o início, esses parlamentares adotaram posturas contrárias a temas como direitos reprodutivos e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Através deste texto, pretendemos discutir a presença cada vez maior de pastores pentecostais na esfera pública brasileira.

1 ASSEMBLEIA DE DEUS E AFASTAMENTO POLÍTICO

As Assembleias de Deus tem suas origens em Belém do Pará, através do trabalho evangelístico dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg. Apesar de serem suecos, os dois viveram um período nos Estados Unidos e, chegaram a Belém em 1910. A razão pela qual migraram para os Estados Unidos foi a busca por melhores condições de vida, tendo em vista que a Suécia, nesse período, ainda não era uma país com boas condições econômicas e sociais. Os dois conheceram-se através do movimento pentecostal que fora iniciado por Charles Parham (Chicago) e William J. Seymour (Los Angeles). Depois da experiência do chamado batismo com o Espírito Santo, sentiram-se vocacionados a virem para o Brasil. Chegaram a Belém do Pará em 1910 e, apresentaram-se à igreja Batista. Como resultado de suas pregações com ênfase na doutrina do batismo com o Espírito Santo foram desligados junto com mais 18 pessoas.

Gunnar Vingren e Daniel Berg, sem nenhum apoio financeiro, passaram a realizar cultos domésticos com as 18 pessoas e em junho de 1911 criam oficialmente a Missão da Fé Apostólica e, em 1918 a igreja passou a se chamar oficialmente Assembleia de Deus. Nessa época, já recebiam apoio da igreja Filadélfia² da Suécia. A partir daí, a atuação dos missionários suecos foi preponderante para o crescimento das Assembleias de Deus, bem como para a formação de pastores brasileiros. Tal crescimento come-

² Principal denominação pentecostal da Suécia, a igreja Filadélfia em Estocolmo já foi considerada a maior igreja pentecostal do mundo.

çou a partir das regiões norte e nordeste do Brasil e, em 1923 a igreja chegou à região sudeste.

Nesse início de século era muito forte entre os protestantes norte-americanos a concepção de que o mundo estaria a caminho do fim, de modo que haveria um confronto final entre Deus e o diabo, ao passo que a sociedade corrompida chegaria ao fim. Essa crença ficou conhecida nos Estados Unidos, no final do século XIX, como pré-milenarismo que é marcado pela expectativa de uma “intervenção sobrenatural divina, uma crença na irrupção do sobrenatural na história”.³

Os missionários suecos e, principalmente os americanos que vieram para o Brasil, trouxeram essas doutrinas pré-milenaristas, as quais advogavam o iminente retorno de Cristo à terra antes da implantação de seu reino, cuja duração será de mil anos.

No cristianismo, deve-se chamar de milenarismo a crença num reino terrestre vindouro de Cristo e de seus eleitos – reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente. O advento do milênio foi concebido como devendo situar-se entre a primeira ressurreição – a dos eleitos já mortos – e uma segunda – a de todos os outros homens na hora de seu julgamento. O milênio deve, portanto, intercalar-se entre o tempo da história e a descida da “Jerusalém Celeste”. Dois períodos de provações irão enquadrá-lo. O primeiro verá o reino do Anticristo e as tribulações dos fiéis de Jesus que, com este triunfarão das forças do mal e estabelecerão o reino de paz e felicidade. O segundo, mas breve, verá uma nova liberação das forças demoníacas, que serão vencidas num último combate.⁴

Sendo assim, as Assembleias de Deus no Brasil, também adotaram uma concepção de história pré-milenarista e, acreditavam que o retorno de Cristo a terra estaria muito próximo. Segundo Armstrong:

³ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 63-64.

⁴ DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 19.

Os pré-milenaristas imaginavam o arrebatamento em detalhes concretos e prosaicos. Estão convencidos de que aviões, carros e trens se espatifarão de repente e pilotos, motoristas e maquinistas renascerão e serão carregados pelos ares. Bolsas de valores e governos cairão. Os que ficarem compreenderão que estão condenados e que os verdadeiros crentes sempre estiveram certos.⁵

Essa visão pré-milenarista contribuiu para que os pentecostais não se envolvessem com as questões políticas e sociais, pois o fim do mundo era uma realidade próxima. Apesar disso, as Assembleias de Deus tiveram um governador interino pelo estado de Pernambuco em 1952. O governador Antônio Torres Galvão foi um dos fundadores das Assembleias de Deus em Abreu e Lima, cidade que possuía grande número de evangélicos. Além de exercer a liderança da igreja nessa cidade, Antônio Torres foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem do município de Paulista, que assim como Abreu e Lima, também fazia parte da região metropolitana de Recife. Chegou à política partidária como constituinte estadual em 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD), de modo que quando foi reeleito em 1950 foi escolhido para ser o presidente da Assembleia Legislativa. Em 1952, faleceu o governador Agamenon Magalhães, em razão disso, Antônio Torres Galvão assumiu por quatro meses, o governo de Pernambuco, pois não existia o cargo de vice-governador. Durante esse período, Galvão convocou novas eleições e repassou o governo de Pernambuco ao candidato eleito.

Nesse período, Galvão não teve muito apoio da Igreja; sua atuação política também não aparece na história oficial das Assembleias de Deus. Na obra escrita por Conde (1960) ele não é mencionado e, Almeida (1982) refere-se à Galvão como um dos fundadores das Assembleias de Deus em Abreu e Lima. Uma das hipóteses para essa omissão de seu nome na história

⁵ ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 195.

oficial da igreja, como deputado e governador, se explique pelo fato de Galvão ter sido ligado a grupos sindicais, além do discurso de aversão à política partidária adotado pelas Assembleias de Deus.

Nos anos 60, os movimentos populares e a política populista de João Goulart preocupava os pentecostais. De acordo com Baptista:

No início dos anos 60, o quadro de mobilizações populares e o perfil populista do governo do presidente João Goulart assustavam a maioria dos evangélicos e em grau superlativo os pentecostais. A ideologia anti-soviética e anti-comunistas de muitos missionários norte-americanos marcou a mentalidade dos membros das igrejas do protestantismo histórico e do pentecostalismo. Para esses atores religiosos, os grandes inimigos eram o catolicismo romano e o comunismo ateu. Durante o período do governo de João Goulart, pastores e igrejas mobilizaram seus fiéis em vigílias de oração, a fim de livrar o Brasil da “ameaça comunista”.⁶

Sendo assim, a liderança das Assembleias de Deus deu apoio ao regime militar. Além disso, alguns pastores estudaram na Escola Superior de Guerra (ESG). É também nesse período que é eleito José Fernandes, o primeiro deputado federal das Assembleias de Deus. Filho de pastor no estado do Amazonas, José Fernandes teve o apoio do pastor-presidente Alcebíades Vasconcelos, o qual defendia uma maior atuação da igreja nas questões sociais. Entretanto, a projeção de Fernandes na política não se deu por seu envolvimento na igreja, mas sim por sua atuação no ramo de transportes da época, tendo em vista que o governo militar desejava um maior fluxo de pessoas na Amazônia. Economista, Fernandes trabalhou no DER e foi nomeado Secretário dos Transportes em 1975. Conseguiu eleger-se deputado federal em 1978, 1982 e 1986.

⁶ BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 151.

2 A ENTRADA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

No início dos anos 80 ainda havia consideráveis restrições à participação de pastores das Assembleias de Deus na política partidária. Em maio de 1981, o jornal Mensageiro da Paz⁷ relatava que os pastores não poderiam ser candidatos, exceto se pedissem licença dos trabalhos pastorais. Também era recomendado que os membros não participassem de sindicatos e de outros movimentos sociais. Entretanto, isso começou a mudar a partir das eleições de 1986, quando os pastores das Assembleias de Deus resolveram investir na eleição de candidatos.

A nossa igreja tem suficiente potencial para colocar um representante em cada Estado do parlamento. O compromisso da igreja, nesse caso, não pressupõe um envolvimento político-partidário, pois a nossa segurança esta em Deus, mas representa um esforço da igreja manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública.⁸

Os líderes das Assembleias de Deus viram na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) a oportunidade de entrarem para a política partidária. Perceberam também que a igreja já possuía expressivo número de fiéis e, portanto, poderiam eleger candidatos. Além disso, a ANC abriu espaço para a participação de minorias como mulheres, negros, índios, homossexuais e grupos religiosos. Entre os pastores também havia uma conversa de que a CNBB tinha planos de fazer do catolicismo a religião oficial do Brasil. Com efeito, os líderes pentecostais difundiram uma ideia de que a liberdade religiosa estava em jogo e, por isso deveriam eleger deputados federais para deterem o suposto plano da igreja católica que colocaria em risco a laicidade do Estado.

⁷ Jornal oficial das Assembleias de Deus no Brasil. A primeira edição foi lançada em dezembro de 1930, no Rio de Janeiro, tendo como diretores Gunnar Vingren e Samuel Nystron.

⁸ MENSAGEIRO DA PAZ, Rio de Janeiro, janeiro, 1985, p. 1.

O imposto que o crente paga vai financiar a idolatria e a feitiçaria. Cada parlamentar federal recebe, anualmente, do Orçamento da União, uma parcela de recursos. Vejam que volume fabuloso de recursos poderia estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional.⁹

Os líderes das Assembleias de Deus também falavam sobre projetos que seriam aprovados no Congresso Nacional, os quais poderiam destruir a família. Eles se referiam aos projetos de lei relacionados a temas como divórcio, direitos reprodutivos, descriminalização das drogas e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, para os pastores pentecostais não era apenas a liberdade religiosa que estaria em risco, mas também a família tradicional. A nova conjuntura social, promovida pela redemocratização do país também favoreceu a entrada dos pentecostais na política brasileira, pois os partidos procuraram ter em seus quadros, grupos tradicionalmente minoritários.

Nas primeiras décadas das Assembleias de Deus no Brasil, os discursos de aversão à política eram fundamentados pela visão escatológica da história. A entrada dos pentecostais na política partidária brasileira não significou o fim do discurso escatológico, mas esse interesse pela política é resultado de interesses institucionais e mudanças na sociedade. “O sucesso nas disputas eleitorais é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis, e expressa, sem dúvida, uma revisão na concepção política e de cidadania dos pentecostais”.¹⁰

Em janeiro de 1985 aconteceu na cidade de Anápolis, Goiás, uma Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB) com a participação dos políticos Íris Rezende e Daso Coimbra; estes discursaram aos pasto-

⁹ SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a bíblia*. Brasília: Pergaminho: 1986. p. 64.

¹⁰ MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 23.

res convencionais a respeito da necessidade de se envolverem no processo político partidário brasileiro, pois as Assembleias de Deus, nesse período, já era a maior denominação evangélica do país. No mês de abril do mesmo ano, a Convenção Geral se reuniu mais uma vez, agora apenas com os presidentes das convenções estaduais em Brasília. Nessa convenção foram apresentados candidatos de 18 estados que disputariam as eleições para deputado federal, de modo que 13 parlamentares foram eleitos, além dos suplentes. Isso também impulsionou o discurso “irmão vota em irmão”.¹¹ De acordo com Freston:

Na mudança da AD em 1986, teve repercussão o livro *Irmão Vota em Irmão*, escrito por um líder assembleiano e assessor do Senado, Josué Sylvestre. O livro usa fortes recursos retóricos para convencer evangélicos a votarem em candidatos evangélicos. Textos bíblicos como “quem sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado” e “amai-vos uns aos outros” são interpretados em apoio à sua tese. Já que o voto é secreto, estas são as armas mais fortes dos líderes para arregimentar eleitoralmente seus membros.¹²

Até esse momento as Assembleias de Deus no Brasil, havia tido entre seus quadros, apenas um deputado federal, portanto a eleição de 13 deputados é um salto considerável. Geralmente os candidatos eleitos pelas Assembleias de Deus seguem certo padrão, pois a maioria tem algum destaque na igreja como pregador itinerante, cantor gospel ou apresentador de televisão. Outras vezes são filhos ou genros dos pastores presidentes e também empresários. Um dos exemplos desse tipo de candidato foi o deputado federal, das Assembleias de Deus em 1986, João de Deus Antunes, eleito pelo PDT gaúcho.

¹¹ Título de um livro do pentecostal Josué Sylvestre que incentivava os evangélicos votarem em candidatos evangélicos.

¹² FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994. p. 43.

João de Deus Antunes é representante típico das preocupações e do estilo da nova política evangélica. É típico também na maneira de chegar ao Congresso. Filho de operários pertencentes à AD, fez carreira na Polícia Civil, chegando a delegado. Na igreja, tornou-se evangelista, viajando em todo o Rio Grande do Sul como conferencista entre os jovens, criando um capital de liderança conversível em base eleitoral. Depois da decisão da liderança nacional da AD de apresentar um candidato oficial da igreja à Constituinte em cada estado, a Convenção Estadual gaúcha fez uma prévia em outro de 1985. João de Deus venceu sete concorrentes, apesar de nunca haver participado de política ou de partido.¹³

Outro candidato eleito, Salatiel Carvalho era genro de pastor presidente em Pernambuco e também muito próximo do senador Marco Maciel do PFL. Durante seu mandato, Salatiel fez duros ataques a Miguel Arraes e, atuou contra projetos relacionados aos direitos dos homossexuais; foi contra ao termo “orientação sexual” na Constituição.

Dos treze candidatos eleitos das Assembleias de Deus apenas Benedita da Silva era de um partido de esquerda. Filha de um operário da construção civil e de uma lavadeira, Benedita trabalhou como empregada doméstica e camelô; estudou enfermagem e quando já era vereadora, graduou-se em serviço social.

Minha prática política é baseada na minha prática espiritual. Por isso quero que todos tenham direitos, Não compreendo como existem cristãos muito ricos e não dividem a riqueza com os empregados, deixando até de pagar férias, 13º salário... E à noite estão nas igrejas, dirigindo cultos. Essa discussão tem muita importância para mim, mesmo que tenha algum político evangélico e latifundiário querendo defender suas terras. Minha participação será, sobretudo, a de uma serva do Senhor na Constituinte.¹⁴

¹³ FRESTON, 1994, p. 49.

¹⁴ Mensageiro da Paz, setembro de 1986. p. 7.

Apesar de ter sido eleita como deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro, Benedita não foi uma candidata oficial das Assembleias de Deus. Durante seu mandato, foi vista com desconfiança pelos líderes da igreja. Benedita tinha posicionamentos contrários aos dos líderes pentecostais relacionados, principalmente aos direitos reprodutivos. Segundo reportagem do Mensageiro da Paz:

Benedita declara que, como pessoal individual, é contra o aborto, mas quer que ele seja aprovado por conhecer de perto as condições em que as mulheres o praticam. Declara ainda que já optou pela prática do aborto, “porque não tinha a menor condição de receber o meu filho naquela época”. O curioso é que tal propositura procede de alguém que supostamente estaria na Constituinte para lutar contra toda a sorte de discriminações, menos evidentemente, a discriminação contra os bebês cujos pais não teriam a menor condição financeira e emocional.¹⁵

A atuação dos parlamentares das Assembleias de Deus, nesse período, foi marcada por propostas conservadoras relacionadas às questões morais como divórcio, direitos reprodutivos e aborto. Eles acreditavam que a família tradicional estava em perigo, por isso foram contra todos os projetos que, segundo eles, colocassem em risco a família tradicional. Com efeito, essa é uma marca dos parlamentares ligados às Assembleias de Deus desde sua entrada na política partidária brasileira.

3 UM PROJETO EM EXPANSÃO

Em 2004 os líderes das Assembleias de Deus no Brasil se reuniram e criaram o Projeto Cidadania AD Brasil, o qual seria um fórum de discussões e projetos relacionados com a atuação da igreja na esfera pública brasileira.

¹⁵ Mensageiro da Paz, setembro de 1988. p. 7

É com muita alegria que nós [...] estamos participando dessa nova visão da Assembleia de Deus no Brasil, porque nós já estamos comemorando os nossos 93 anos e até aos 90 anos de atividade na nação apenas alguns cidadãos, pastores ou membros da igreja, [...] decidiram candidatar-se. Mas agora, com o lançamento do projeto Cidadania AD Brasil – foi o projeto que nos levou à eleição em 2002, elegendo 22 deputados federais, 29 estaduais – é que nós estamos vendo que esta igreja se consolida, não apenas como uma igreja que pugna, que luta para a transformação do homem na esfera espiritual, psicológica, emocional, mas também, agora, para a transformação do homem social, quer dizer, o home em busca da cidadania. E eu vejo que agora para essas próximas eleições, com essa performance que temos hoje, da maior bancada na Câmara Federal, nós havemos de eleger – é a meta do projeto Cidadania – eleger, pelo menos, um vereador em cada um dos cinco mil, 700 e tantos municípios que a nação tem. Eu tenho a impressão que nós elegeremos mais. Então acredito que depois do dia três de outubro, além de milhares de vereadores, teremos algumas dezenas, quem sabe chegemos a uma centena, de vice-prefeitos e prefeitos. Então, é com entusiasmo que eu vejo essa nova posição da Assembleia de Deus no Brasil.¹⁶

Nas eleições de 2010 foram eleitos 22 deputados federais ligados as Assembleias de Deus no Brasil; entre eles está o pastor Marco Feliciano (PSC-SP). Natural de Orlandia, interior de São Paulo, Marco Feliciano foi eleito com 212 mil votos, de modo que foi um dos mais votados do estado. Polêmico, fez declarações consideradas por muitos racistas e preconceituosas sobre os negros e os homossexuais. Em 2013 foi nomeado presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o que gerou descontentamento de vários setores da sociedade. Sua atuação tem sido marcada, principalmente por posicionamentos contrários ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e também ao aborto.

¹⁶ Entrevista do deputado Ribeiro, em Brasília, 18/06/2004.

Aborto não é questão de saúde pública. Aborto é questão de consciência, é questão de responsabilidade, é questão da pessoa entender que o que está no ventre da mulher não tem culpa da maneira como foi gerado, que tenha sido ele gerado por estupro ou coisas mais; a criança não tem culpa disso; então, é mais uma questão social contra a violência e outras coisas mais do que punir uma criança; isso fere o Artigo 5 da Constituição Federal, que é o direito à vida, e o direito de proteger o ser humano contra qualquer tortura, e o aborto é tortura num ser vivo (Brasília, 13 de julho de 2012).

O atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é o deputado federal pastor Paulo Freire (PR-SP). Ele é filho do pastor presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB) pastor José Wellington Bezerra da Costa. Freire também tem sido um combatente contra as políticas relacionadas aos direitos dos homossexuais.

Esse kit anti-homofobia, de anti-homofobia realmente não tinha nada, era um kit que estimulava...Aliás, eles achavam o seguinte: esse kit, eles instruíram os mestres, os professores a estimularem os alunos ao terceiro sexo, não permitindo a interferência de outras pessoas, nem de parentes, os pais das crianças; então, é um kit muito forte (Brasília, 13 de julho de 2012).

Ao que tudo indica, as Assembleias de Deus estarão cada vez mais presentes na política partidária brasileira. De acordo com o presidente do Conselho político da Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB), pastor Lelis Washington a igreja deveria ter ao menos 50 deputados federais.

Tabela dos parlamentares ligados às Assembleias de Deus Legislatura 2011-2014

Parlamentar	Partido	Estado
Marcos Rogerio	PDT	RO
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Ronaldo Fonseca	PR	DF
Zé Vieira	PR	MA

Anderson Ferreira	PR	PE
Paulo Freire	PR	SP
Cleber Verde	PRB	MA
Pastor Eurico	PSB	PE
Antônia Lúcia	PSC	AC
Erivelto Santana	PSC	BA
Felipe Pereira	PSC	RJ
Lauriete	PSC	ES
Marco Feliciano	PSC	SP
Silas Câmara	PSC	AM
Takayama	PSC	PR
Zequinha Marinho	PSC	PA
Delegado Francischini	PSDB	PR
João Campos	PSDB	GO
Nilton Capixaba	PTB	RO
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Ronaldo Nogueira	PTB	RS
Lindomar Garçon	PV	RO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas suas primeiras décadas de existência no Brasil, as Assembleias de Deus tiveram uma presença quase nula na política brasileira. Nos últimos anos os discursos de aversão à política da igreja foram substituídos por discursos de maior participação na vida pública. A igreja elegeu 13 deputados federais, em 1986, hoje são 22 parlamentares. Vimos que em 2004 a denominação criou o Projeto AD Cidadania, entretanto, acredita-se que a religião não pode ser instrumentalizada para fins políticos, de modo que os interesses institucionais não podem suplantar os ideais da cidadania. Mas ao que tudo indica, cada vez mais haverá lideranças das

Assembleias de Deus na política partidária brasileira, sempre com uma pauta conservadora em questões como direitos reprodutivos e sexualidade humana.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.
- LOPES, Paulo Victor Leite; VITAL, Christina. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 2013.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MENSAGEIRO DA PAZ, Rio de Janeiro, janeiro, 1985, p. 1.
- MENSAGEIRO DA PAZ, Rio de Janeiro, setembro de 1986, p.7.
- SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a bíblia*. Brasília: Pergaminho: 1986.